

**Via Certa Financiadora S.A. - Crédito,
Financiamento e Investimentos
Conglomerado Prudencial**

Demonstrações financeiras
consolidadas em 30 de junho de 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração de resultados	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre, RS - Brasil
Caixa Postal 199
90001-970 - Porto Alegre, RS - Brasil

Central Tel 55 (51) 3303-6000
Fax 55 (51) 3303-6001
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos
Administradores e Acionistas da
Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
Santo Cristo - RS

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Financeira”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen), descritos na nota explicativa 2.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, elaboradas pela administração da Financeira, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração e a avaliação da apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis, que divulgam:

- (a) As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da instituição para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins; e
- (b) Por ser a primeira apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, a administração da Financeira optou pela faculdade prevista no § 2º do art. 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do Bacen, e não estão sendo apresentadas, de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 30 de junho de 2014.



Outros assuntos

A Financeira elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 25 de agosto de 2014.

Porto Alegre, 29 de agosto de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Wladimir Omiechuk
Contador CRC RS-041241/O-2

Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

(Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e Via Certa Administradora de Consórcios S.A.)

Balanco patrimonial em 30 de junho de 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2014	Passivo e patrimônio líquido	Nota	30/06/2014
Circulante		<u>131.563</u>	Circulante		<u>61.904</u>
Disponibilidades	4	<u>434</u>	Recursos de aceites e emissão de títulos		<u>55.099</u>
Títulos e valores mobiliários		<u>14.831</u>	Recursos de aceites cambiais	8	55.099
Carteira própria	4	14.831	Outras obrigações		<u>6.805</u>
Operações de crédito	5	<u>107.096</u>	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		53
Setor privado		113.180	Fiscais e previdenciárias		883
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(6.084)	Outras obrigações - diversas	9	5.869
Outros créditos		<u>9.200</u>	Exigível a longo prazo		<u>58.729</u>
Outros créditos diversos	6	9.200	Recursos de aceites e emissão de títulos		<u>58.729</u>
Outros valores e bens		<u>2</u>	Recursos de aceites cambiais	8	57.991
Despesas antecipadas		2	Outras obrigações - diversas	9	738
Realizável a longo prazo		<u>15.257</u>	Patrimônio líquido	11	<u>27.119</u>
Operações de crédito	5	<u>13.850</u>	Capital		
Setor privado		32.900	De domiciliados no país		24.888
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(19.050)	Reservas de lucros		1.142
Outros créditos		<u>1.407</u>	Lucros acumulados		1.089
Valores específicos	7	738			
Outros créditos diversos	6	669			
Permanente		<u>932</u>			
Investimentos		<u>55</u>			
No país		55			
Imobilizado de uso		<u>228</u>			
Imobilizado de uso		607			
Depreciações acumuladas		(379)			
Intangível		<u>649</u>			
Intangível		1.304			
Amortizações acumuladas		(655)			
 Total do ativo		 <u>147.752</u>	 Total do passivo e patrimônio líquido		 <u>147.752</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

(Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e Via Certa Administradora de Consórcios S.A.)

Demonstrações de resultados

Semestre findo em 30 de junho de 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em reais)

	Nota	30/06/2014
Receita operacional		<u>49.486</u>
Operações de crédito	13	46.657
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		580
Receitas de prestação de serviços	14	2.249
Despesas da intermediação financeira		<u>(20.794)</u>
Operações de captação no mercado		(6.240)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(14.554)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>28.692</u>
Outras receitas/(despesas) operacionais		<u>(25.213)</u>
Receitas de prestação de serviços	14	2.186
Despesas administrativas	15	(23.929)
Despesas com pessoal		(1.514)
Despesas tributárias	16	(2.104)
Outras receitas operacionais		263
Outras despesas operacionais		(115)
Resultado operacional		<u>3.479</u>
Resultado não operacional		(3)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>3.476</u>
Imposto de renda e contribuição social	12	<u>(1.371)</u>
Provisão para imposto de renda		(1.044)
Provisão para contribuição social		(608)
Ativo fiscal diferido		281
Lucro líquido do semestre		<u><u>2.105</u></u>
Lucro líquido por ação - R\$		<u><u>0,537</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

(Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e Via Certa Administradora de Consórcios S.A.)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros		Lucros/Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2013		<u>24.888</u>	<u>1.142</u>	<u>-</u>	<u>26.030</u>	
Lucro líquido do semestre		-	-	2.105	2.105	
Dividendos pagos	11	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.016)</u>	<u>(1.016)</u>	
Saldos em 30 de junho de 2014		<u>24.888</u>	<u>1.142</u>	<u>-</u>	<u>27.119</u>	
Mutações do Semestre		-	-	1.089	1.089	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

(Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e Via Certa Administradora de Consórcios S.A.)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		3.476
Ajustes por:		
Constituição de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		14.554
Depreciações e amortizações		<u>148</u>
		18.178
Variação nos ativos e passivos		
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.652)
(Aumento) / redução em operações de crédito		(9.140)
(Aumento) / redução em outros créditos		(393)
(Aumento) / redução em outros valores e bens		4
(Aumento) / redução em recursos de aceites cambiais e emissão de títulos		4.741
(Aumento) / redução em outras obrigações		<u>445</u>
		(5.995)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>12.183</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso		(96)
Aquisição de intangível		(9)
Baixa de imobilizado de uso		<u>25</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		(80)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos		<u>(2.013)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(2.013)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		<u>10.090</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo de caixa e equivalentes no início do período		5.175
Saldo de caixa e equivalentes no final do período	4	<u>15.265</u>
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>10.090</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Via Certa Financiadora S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos (Financeira) foi constituída em 20 de agosto de 2001, com a Denominação Social de Quero-Quero Financiadora S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos e está autorizada a operar com financiamento de operações de compra a prazo, de operações de crédito pessoal e antecipação de recebíveis, através da aplicação de recursos próprios, captados de terceiros e partes relacionadas.

A Via Certa Administradora de Consórcios S.A. tem por objeto a constituição e a administração de grupos de consórcio para a aquisição de bens de consumo duráveis, sendo as Lojas Quero-Quero uma de suas principais parceiras comerciais, conforme contrato de parceria firmado em 1º de Julho de 2011.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da instituição para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras consolidadas emanam da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), que considera os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, regulamentados pelo Bacen até o momento.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - Balanço Prudencial, a Financeira como entidade controladora consolidou suas demonstrações financeiras com as da Administradora de Consórcio, somando os saldos de itens de mesma natureza, e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas. As demonstrações consolidadas foram elaboradas utilizando-se políticas contábeis uniformes para transações e eventos similares.

Por ser a primeira apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, a administração da Financeira optou pela faculdade prevista no § 2º do art. 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do Bacen, e não estão sendo apresentadas, de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 30 de junho de 2014.

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2014 foram aprovadas pela Diretoria em reunião realizada na data de xx de agosto de 2014.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Financeira. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Disponibilidades

Disponibilidades são representadas por contas correntes.

c. Apuração de resultados

As receitas e despesas são escrituradas pelo regime de competência.

d. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular n.º 3.068 de 08 de novembro de 2001 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) **Títulos para negociação** - adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) **Títulos disponíveis para a venda** - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e valores individuais envolvidos e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 do CMN.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*"write-offs"*) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo registrados posteriormente.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos

fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

f. Ativos circulantes e realizáveis em longo prazo

Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

g. Permanente

O imobilizado de uso é registrado pelo valor de custo. As depreciações são classificadas pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema e equipamentos de processamento de dados.

O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, pelo prazo de 05 anos até sua total amortização.

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável (impairment) em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem possibilidade de redução do valor de recuperação dos mesmos.

h. Passivos circulantes e exigíveis em longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

i. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e a contribuição social foram constituídas à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 15% para contribuição social sobre o lucro líquido, e ajustado conforme legislação fiscal.

Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 30 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do CMN que determinam que as instituições financeiras devam atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias.

j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A provisão é reconhecida para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

São constituídas provisões para os casos classificados como Perda Provável em que o “valor do risco de perda” possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados

como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

k. Estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras da Financeira incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. As estimativas e premissas são revisadas pelo menos semestralmente.

4 Caixas e equivalentes de caixa

	2014
Disponibilidades (a)	434
Títulos e valores mobiliários (b)	14.831
	15.265
	15.265

- (a) Disponibilidades são representados por depósitos bancários.
- (b) Em 30 de junho de 2014, o Conglomerado possuía somente cotas de fundo de investimento referenciado DI (Depósitos Interfinanceiros), classificadas como “mantidos para negociação” sem vencimento, administrados pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul e Caixa Econômica Federal e registradas pelos seus valores de mercado, no montante de R\$ 14.831.

O valor das cotas dos fundos são disponibilizadas pelos respectivos administradores, que levam em consideração informações de mercado ou modelos de precificação para o cálculo destas.

5 Operações de crédito

As operações de crédito são compostas de empréstimos e financiamentos concedidos a pessoas físicas e jurídicas, decorrentes de operações de aquisições de mercadorias através do Cartão Verdecard, crédito pessoal, CDC e antecipação de recebíveis. A rubrica de “outros créditos” refere-se a títulos com característica de concessão de crédito e operações recebidas em transferência da Verde Administradora de Cartões S.A. e Lojas Quero-Quero S.A. ainda não faturadas e/ou não vencidas. Essas operações estão classificadas de acordo com o previsto na Resolução 2.682 de 21 de dezembro de 1999 do CMN, em função das características de garantia e valores individuais envolvidos.

a. Composição das operações de crédito

	30/06/2014
Setor Privado	
Empréstimos e antecipação de recebíveis	65.164
Financiamento - CDC	73.115
Outros créditos c/características de concessão de crédito	7.801
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.134)
	120.946
Total	120.946
Circulante	107.096
Realizável em longo prazo	13.850
	120.946
Total	120.946

b. Composição da carteira por vencimento

As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

Vencimento	Empréstimos e antecipação de recebíveis	Financiamento CDC	Outros créditos c/característica de concessão de crédito	Total 30/062014
Vencidos a partir de 15 dias	11.873	8.512	6.818	27.203
a Vencer				
até 3 meses	32.151	28.287	983	61.421
de 3 a 12 meses	20.039	31.720	-	51.759
de 1 a 3 anos	1.101	4.587	-	5.688
Após 3 anos	-	9	-	9
Total da carteira	65.164	73.115	7.801	146.080
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - curto prazo	(3.762)	(2.284)	(38)	(6.084)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - longo prazo	(7.673)	(6.421)	(4.956)	(19.050)
Total Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.435)	(8.705)	(4.994)	(25.134)
Total líquido	53.729	64.410	2.807	120.946

c. Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível	Operações de crédito em 30/062014			Provisão em 30/06/2014		
	Empréstimos e antecipação de recebíveis	Financiamento CDC	Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	Total	Mínima (Res.nº2.682/99) %	em R\$
A	37.598	55.476	669	93.743	0,5%	469
B	3.725	4.988	648	9.361	1,0%	94
C	4.365	1.686	529	6.580	3,0%	197
D	4.285	1.179	398	5.862	10%	586
E	3.536	1.048	383	4.967	30%	1.490
F	2.759	999	418	4.176	50%	2.088
G	2.284	1.147	505	3.936	70%	2.755
H	6.612	6.592	4.251	17.455	100%	17.455
Total	65.164	73.115	7.801	146.080		25.134

Durante o semestre os créditos renegociados totalizaram R\$ 9.337, as baixas de créditos em atraso há mais de 360 dias totalizaram R\$ 13.095 e as recuperações de créditos baixados para prejuízo (incluindo IOF sobre a operação) foram de R\$ 2.669.

d. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	30/06/ 2014
Saldo inicial	23.675
Constituição / reversão de prov. p/ créditos liquidação duvidosa	14.554
Créditos baixados contra prejuízo (a)	(13.095)
Saldo final	25.134

- (a) Os crédito baixados contas prejuízos obedecem às práticas contábeis descritas na nota 3.e.

6 Outros créditos - diversos

	30/06/2014
Adiantamentos e antecipações salariais	13
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 15a)	2.110
Impostos e contribuição a compensar (a)	7
Créditos tributários de impostos e contribuições (b)	5.244
Devedores por depósitos em garantia (c)	45
Devedores diversos - país (d)	2.450
Total	9.869
Circulante	9.200
Realizável em longo prazo	669
Total	9.869

- (a) Refere-se a provisão de imposto de renda a ser retido na fonte (IRRF) sobre terceiros.
- (b) Refere-se ao imposto de renda e a contribuição social diferido, registrados para refletir os efeitos futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e seu respectivo valor contábil. Seu registro está suportado pelo histórico de lucros tributáveis dos últimos (3) três exercícios sociais.
- (c) Refere-se a depósitos judiciais por interposição de recursos por exigências legais.
- (d) Refere-se à aquisição de cotas, empréstimos e antecipações de consórcio de grupos de sua administração, registrados pelo custo histórico, que não supera o valor provável de realização. E referem-se a créditos a receber em D + 2 dos parceiros conveniados e SPP a receber de Icatu-Seguros S/A.

7 Valores específicos

Referem-se a recursos a receber de grupos encerrados e transferidos para a Administradora, no valor de R\$ 738. Os valores, quando recuperados, serão rateados proporcionalmente entre os cotistas participantes dos respectivos grupos, estando a respectiva obrigação registrada em rubrica específica em outras obrigações.

8 Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos

Os recursos de aceites cambiais referem-se à Letras de Câmbio que foram captadas à taxas que variam de 105% a 115% do DI (Depósitos Interfinanceiros), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	30/06/2014
A vencer até 3 meses	46.943
A vencer de 3 a 12 meses	8.156
A vencer de 1 a 3 anos	<u>57.991</u>
Total	<u>113.090</u>
Circulante	55.099
Exigível em longo prazo	<u>57.991</u>
Total	<u>113.090</u>

9 Outras obrigações - Diversas

	30/06/2014
Valores a pagar a sociedades ligadas (a)	2.746
Credores diversos - país (b)	2.366
Provisão para pagamentos a efetuar (c)	500
Recursos pendentes de recebimento - cobrança judicial (d)	738
Recursos não procurados (e)	<u>257</u>
Total	<u>6.607</u>
Circulante	5.869
Exigível a longo prazo	<u>738</u>
Total	<u>6.607</u>

- (a) Refere-se a despesas administrativas e contas a pagar com a sociedade ligada Lojas Quero - Quero S/A.
- (b) Referem-se a parcela de seguro proteção financeira, comissões sobre operações realizadas no mês de junho 2014 e contas a pagar decorrentes de operações de crédito realizadas no último dia do semestre pelas novas parcerias. O principal saldo no montante de R\$ 1.079, refere-se à parcela de seguro de proteção financeira a ser repassada para a seguradora Assurant Seguradora S.A e Icatu Seguros S/A.
- (c) Referem-se a provisão de férias e encargos, gratificação semestral e participações nos lucros.
- (d) Refere-se ao saldo de recursos a devolver a consorciados, provenientes de valores ainda em cobrança judicial.
- (e) Refere-se ao saldo de recursos a devolver a consorciados, provenientes de saldos remanescentes de grupos encerrados cujos consorciados não foram localizados.

10 Provisão para contingências

As provisões são constituídas com base em informações dos processos e experiência dos assessores jurídicos. Em 30 de junho de 2014 não foram identificadas demandas de perda provável, não sendo constituída provisão para perda .

Adicionalmente a composição de demandas com estimativa de perda possível, na data-base, representou o montante de R\$ 523, sendo composta por um total de 94 ações.

11 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de 24.888 (vinte e quatro milhões, oitocentos e oitenta e oito mil) e está representado por 3.920.566 ações ordinárias nominativas sem valor nominal de acionistas domiciliados no país.

Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

a. Financeira

Conforme o parágrafo segundo do artigo 15 do estatuto, é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202, da Lei 6.404/76.

b. Administradora

Conforme o Parágrafo Segundo do Artigo 14 do Estatuto, é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 20% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

12 Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos abaixo a apuração do imposto de renda e contribuição social para os semestre findos em 30 de junho de 2014:

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

	30/06/2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.476
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	818
Diferenças temporárias de provisões	17.160
(-) Exclusões por perdas fiscais	(16.372)
Adições permanentes	30
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social (Financeira)	3.699
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.462)
Imposto de renda à alíquota de 15%	(555)
Contribuição social à alíquota de 15%	(555)
Efeito imposto de renda adicional 10% acima de R\$ 20 mês	(358)
(-) Deduções por incentivos fiscais	6
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social (consórcio)	595
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(190)
Imposto de renda à alíquota de 15%	(89)

Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos Conglomerado Prudencial
Demonstrações financeiras consolidadas
em 30 de junho de 2014

Contribuição social à alíquota de 15%	(53)
Efeito imposto de renda adicional 10% acima de R\$ 20 mês	(48)
Imposto de renda e contribuição social - diferido (nota 6.b)	281
Imposto de renda à alíquota de 25%	176
Contribuição social à alíquota de 15%	105
	(1.371)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.371)

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de junho, o ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias está registrado no grupo “Outros Créditos” e é assim representado:

Apuração

	30/06/2014
Diferença Temporárias	
Saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa não dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social	13.108
Base de cálculo para imposto de renda e contribuição social	13.108
Crédito tributário líquido constituído/(revertido) no semestre - imposto de renda - 25 %	3.277
Crédito tributário líquido constituído/(revertido) no semestre - contribuição social - 15 %	1.967
Ativo fiscal diferido	5.244
Ativo circulante (classificado em “Outros Créditos”)	4.988
Realizável a longo prazo (classificado em “Outros Créditos”)	256
Ativo fiscal diferido	5.244

Movimentação

	30/06/2014
Saldo inicial crédito tributário diferido	4.963
Crédito tributário líquido constituído/(revertido) no semestre	
- Imposto de renda - 25 %	176
- Contribuição social - 15 %	105
Saldo final crédito tributário diferido	5.244
% sobre o patrimônio líquido	21,63

Realização

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

Período	30/06/2014
2014	3.975
2015	1.220
2016	45
2017	<u>4</u>
Saldo final credito tributário diferido	<u>5.244</u>

Valor presente dos créditos tributários reconhecidos

De acordo com o estabelecido no inciso V do artigo 3º da Circular nº 3.171 emitida pelo Banco Central do Brasil, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 11,15%, está representado por R\$ 3.056 referentes ao imposto de renda e R\$ 1.834 referentes à contribuição social.

13 Receita de operações de crédito

	30/06/2014
Receita com juros contratuais	39.230
Receita com juros de mora e multa	8.414
Descontos de juro de mora e multa	(3.637)
Receita com recuperação de crédito (a)	<u>2.650</u>
Total	<u><u>46.657</u></u>

(a) Valor está apresentado líquido de IOF retido sobre a recuperação.

14 Receita de prestação de serviços

a. Financeira

	30/06/2014
Receita com comissões s/ vendas de seguros	844
Tarifas de antecipação de recebíveis e de cobrança	224
Receita de serviços prioritários	<u>1.118</u>
Total	<u><u>2.186</u></u>

Referem-se basicamente a comissões de intermediação de operações de seguros prestamista e tarifas de operações do cartão de crédito, conforme composição abaixo:

b. Administradora

O saldo em 30 de junho de 2014 de R\$ 2.249, refere-se à taxa de administração cobrada dos grupos de consórcio.

15 Outras despesas administrativas

	30/06/2014
Despesas de comissões com conveniadas	872
Prestação de serviços de terceiros	21.105
Despesas de correios e telégrafo	54
Despesas de propaganda e publicidade	127
Despesas de transporte	26
Outras despesas administrativas	<u>1.745</u>
Total	<u><u>23.929</u></u>

16 Despesas tributárias

	30/06/2014
Programa de integração social (PIS)	286
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	1.726
Imposto sobre serviços (ISS)	89
Impostos e taxas	<u>3</u>
Total	<u><u>2.104</u></u>

17 Transações com partes relacionadas

Em 30 de junho de 2014 os principais saldos de ativos e passivos, bem como das transações que influenciaram o resultado, relativas a operações de captações com partes relacionadas, realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos e volume de operações ou de prestação de serviços de acordo com as condições estabelecidas em contrato entre as partes, são os seguintes:

	30/06/2014					
	Lojas Quero- Quero	Verde Adm. de Cartões de Crédito	Via Certa Adm. de Consórcios	Via Certa Participações	Pessoas Físicas	Total
Ativo						
Valores a receber (a)	21	2.089	-	-	-	2.110
(Passivo)						
Recursos de aceites cambiais (b)	-	-	(723)	(740)	(103.744)	(105.207)
Despesas administrativas a pagar (c)	(2.482)	-	-	-	-	(2.482)
Contas a pagar - repasses (d)	-	(831)	-	-	-	(831)
Resultado						
Recursos de aceites cambiais (b)	-	-	(57)	(81)	(5.374)	(5.512)
Despesas administrativas (c)	(19.722)	-	-	-	-	(19.722)

- (a) Valores a receber referente a liquidações de operações de crédito do último dia do semestre a serem repassadas em D+1 e Seguros de Proteção Financeira;
- (b) Captações através de recursos de aceites cambiais são remuneradas a taxas que variam de 105% a 115% do CDI em 2014;
- (c) Despesas administrativas a pagar referem-se às obrigações pelos serviços prestados na administração de cadastro, cobrança, utilização de sistemas informatizados e arquivo de documentos relacionados às operações de crédito concedidas aos clientes da Financeira com as Lojas Quero-Quero S.A. oriundas do contrato de parceria celebrado entre as partes, com vigência até 05 de outubro de 2015, onde a utilização de base de clientes, canais e da infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros é remunerada com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos e ressarcimento de custos efetivos na utilização de recursos pela Financeira. E comissões a pagar sobre venda de cotas de consórcios convenida a Lojas Quero-Quero S.A.;

- (d) Contas a pagar - repasses referem-se a recursos liberados a clientes, decorrentes de operações de crédito realizadas no último dia do semestre a serem repassados em D+1.

Remuneração dos administradores

No semestre findo em 30 de junho de 2014, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração fixa conforme as responsabilidades de seus Administradores estavam assim compostas:

	30/06/2014
Remuneração	388
Encargos sociais	85
	<hr/>
Total	473
	<hr/> <hr/>

18 Outras informações

- a. O Conglomerado não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.
- b. Conforme Lei 7.492/86 e Lei 9.613/98, não foi concedido financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para Diretores e membros do Conselho, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau.

19 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez, abaixo definidos:

- a. **Gestão de risco operacional:** Em atendimento a Resolução 3.380/06 do Banco Central do Brasil a Financeira estabeleceu uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais responsável pela identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos da instituição. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada a sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede da Financeira.
- b. **Risco de mercado:** Em consonância com o que prevê a Resolução 3.464/07 do CMN a Financeira implementou uma estrutura para gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado.
- c. **Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para a Financeira, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados. A Financeira entende que o risco de crédito em sua carteira encontra-se mantido em níveis aceitáveis de exposição e possui condições de gerenciamento que mitigue exposições atendendo assim a Resolução CMN nº 3.721/2009.
- d. **Gerenciamento de capital:** A estrutura para gerenciamento de capital da Financeira está definida com base na Resolução CMN 3988/2011 e prevê procedimentos para apuração do Patrimônio de Referência Exigido, Patrimônio de Referência, Índice de Basiléia,

limites mínimos, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital.

- e. **Risco de liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Financeira em obter recursos para honrar seus compromissos.

O gerenciamento desses riscos é efetuado através de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e limites estabelecidos pela administração, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem “hedge” de suas posições ativas e passivas.

A administração considera como aceitável sua exposição aos riscos descritos acima em 30 de junho de 2014, não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos, bem como não efetuou cessões de crédito no período divulgado.

20 Limite operacional (Acordo da Basiléia)

Em 30 de junho de 2014 a Financeira encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basiléia em 11,57%, a Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 11% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3444/07 e nº 3490/07 do CMN e demais normativos complementares. Ainda, possui Capital mínimo requerido pelo Bacen conforme Resol. 2.697/99.

* * *

Wilmar Hammerschmitt
Presidente

Moacir Carlos Engelmann
Diretor de Operações

Fábio Von Groll
Diretor Adm. e Financeiro

Ademir Rogério Diel
Diretor de Negócios

Adelar José Diel
Contador CRC/RS 062617